



Opinião Econômica

Marcos Mendes

Economista, pesquisador associado ao Insper, é autor de "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?", e colunista da Folha de S.Paulo



Royalty de petróleo precisa entrar na conta da reforma fiscal

Critérios atuais desperdiçam recursos; o modelo atual inverte a lógica econômica

Em 2012, o Congresso aprovou uma lei mudando a distribuição de royalties e participações especiais (R&PE) sobre produção de petróleo. A lei então vigente concentrava os pagamentos em poucos estados e municípios. A nova lei desconcentrou a distribuição.

O estado do Rio de Janeiro, principal beneficiário da lei antiga, conseguiu que o STF suspendesse a aplicação da nova lei. O Supremo está, no momento, julgando se a lei de 2012 é constitucional.

O principal argumento contra a constitucionalidade da nova lei é que o pagamento de R&PE é uma compensação pelo impacto ambiental, pela provisão de infraestrutura pública necessária à atividade exploratória e pelo va-

zio econômico que restará quando cessada a exploração. Por ter caráter compensatório, deveria ser pago apenas aos entes "produtores". A ministra Carmen Lúcia, relatora da ação, já votou nesse sentido.

A ideia de compensação não se sustenta: 80% da produção de petróleo brasileira se dá a mais de 180 km da costa, sem qualquer impacto nos estados e municípios.

O critério usado para definir quem são os estados e municípios "produtores" baseia-se em linhas traçadas sobre o mar, a partir das fronteiras estaduais e municipais. A escolha sobre como traçar as linhas afeta a definição dos beneficiários, conferindo um caráter de loteria à distribuição dos recursos.

A totalidade das participa-

ções especiais e mais da metade dos royalties são distribuídas dessa forma. O fato de um poço estar dentro das linhas associadas a um estado ou município não significa que o petróleo seja processado ou embarcado naquele ente. Logo, não há impacto a ser compensado.

Por isso, não faz sentido destinar parcela tão elevada de recursos aos estados e municípios, seja pelo critério antigo, seja pelo novo. Em 2000, eles receberam R\$ 8 bilhões, em valores atualizados, montante que subiu para R\$ 58 bilhões em 2025. No futuro, a margem equatorial pode agregar mais recursos.

O melhor uso dessa verba bilionária é na compensação das gerações futuras, que não terão o

petróleo hoje extraído à sua disposição. O dinheiro deveria financiar a transição da Previdência para um regime de capitalização, retirando um peso das costas dos trabalhadores e contribuintes do futuro.

O montante é grande o suficiente para não ser levado em conta em um necessário ajuste fiscal, que precisará mobilizar perto de R\$ 200 bilhões para estabilizar a dívida pública.

O modelo atual inverte a lógica econômica: não foi a atividade petrolífera que expandiu a economia local e requereu investimentos de estados e municípios em infraestrutura. Foi o dinheiro que entrou fácil e virou gasto público, o que acaba atraindo população. Fórmula perfeita para má

alocação de recursos e corrupção, como mostram, por exemplo, Caseli e Michaels em "Do oil windfalls improve living standards? Evidence from Brazil".

Evidentemente, a realocação proposta deve evitar a queda abrupta de receita dos entes hoje dependentes dos R&PE. Para resolver isso, basta uma regra de transição. Esta é possível, pois essas receitas crescerão fortemente até, pelo menos, 2030, como mostram Rocha e Oliveira em artigo para o Projeto "Caminhos do Desenvolvimento" do Centro de Debates de Políticas Públicas.

Seria viável manter os valores reais pagos à maioria dos atuais beneficiários e redirecionar o excedente para capitalizar a Previdência.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas!
Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Labelo completa 60 anos e mira novas oportunidades

/TECNOLOGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Celebrando seis décadas de atividades neste mês de setembro, o complexo de Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica, Calibração e Ensaios (Labelo) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) foca na diversificação de suas ações. Depois de ter inaugurado recentemente seu Laboratório de Mobilidade Elétrica e Acumuladores de Energia Íon-Lítio, está entre os planos da instituição a realização de um Seminário sobre Iluminação Pública e a implantação de uma sala para simular o impacto de sinais eletromagnéticos no corpo humano (em inglês, Specific Absorption Rate - SAR).

O diretor do Labelo, Israel Teixeira, acrescenta que há oportunidades que também devem surgir, futuramente, no campo da Inteligência Artificial. A instituição atua fazendo testes em

equipamentos para realizar a avaliação da conformidade desses aparelhos. A meta é garantir um produto seguro e de qualidade para o consumidor final, que respeite as normas técnicas determinadas para cada setor.

Atualmente, o complexo conta com 52 laboratórios, mais de 200 colaboradores e faz mais de 40 mil serviços de calibração e ensaios anualmente para mais de 1,4 mil clientes. As ações da estrutura abrangem segmentos como telecomunicações, segurança cibernética, compatibilidade eletromagnética, iluminação, saúde, dispositivos elétricos, materiais e componentes, entre outros. Essas áreas envolvem itens como TV digital, carregadores, celulares, powerbanks, integridade de software, ar-condicionado, entre outros.

Teixeira afirma que a Pucrs tem uma forte cultura de medidas sociais. "Então, quando se faz a avaliação da conformidade para a segurança das pessoas, obviamente que o impacto social disso é muito relevante", frisa o

dirigente. Ele salienta que hoje há menos acidentes com o uso de aparelhos do que no passado.

O dirigente recorda que o Labelo nasceu como um laboratório na área de telecomunicações. "Obviamente tem uma interação acadêmica, especialmente, na parte ligada às faculdades de engenharias e hoje é um laboratório reconhecido mundialmente", enfatiza Teixeira.

O coordenador de Laboratório de Metrologia Legal e Acumuladores de Energia, Jonathan Culau, complementa que um dos estudos que devem ser cada vez mais desenvolvido nos próximos anos é quanto ao tema da mobilidade elétrica. Dentro desse contexto, o Laboratório de Mobilidade Elétrica e Acumuladores de Energia Íon-Lítio foi criado para realizar ensaios de certificação de baterias de íons de lítio.

Já o Laboratório de Telecomunicações avalia questões como as interferências em sinais de comunicação. O coordenador desse espaço, Renan Escobar Silva Passos, adianta que o aacré-



FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC

Complexo realiza mais de 40 mil calibrações e ensaios por ano

mo da sala para avaliar o reflexo dos sinais eletromagnéticos nos tecidos humanos deve ocorrer em março de 2027.

Um pouco mais adiante, em julho do próximo ano, será realizado o Seminário de Iluminação Pública, no centro de eventos da Pucrs, em Porto Alegre. O coordenador de Relacionamento e Contratos de Iluminação, Carlos

Ernesto Foiatto Granolati, assinala que o assunto, assim como é importante para a segurança pública e o bem-estar da população, representa de 5% a 15% dos orçamentos municipais. A ideia do encontro é reunir todos os agentes envolvidos com o tema, como prefeituras, agências reguladoras e fabricantes de equipamentos, para tratar do assunto.